

# Organização do Conhecimento e Identificação Tipológica: Aportes para Projetos de Pesquisa em Arquivos Pessoais

Lucia Maria Velloso de Oliveira<sup>1</sup>, Camilla Campoi de Sobral<sup>2</sup>, Bianca Panisset<sup>3</sup> e José Antonio da Silva<sup>4</sup>

<sup>1</sup> ORCID [0000-0003-0546-2602](https://orcid.org/0000-0003-0546-2602). Universidade Federal Fluminense e Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
luciemarie@gmail.com

<sup>2</sup> ORCID [0000-0002-6725-2929](https://orcid.org/0000-0002-6725-2929). Universidade Federal Fluminense, Brasil, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
milla.campoi@gmail.com

<sup>3</sup> ORCID [0000-0002-5568-5225](https://orcid.org/0000-0002-5568-5225). Universidade Federal Fluminense e Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
biancapanisset@gmail.com

<sup>4</sup> ORCID [0000-0002-7309-2319](https://orcid.org/0000-0002-7309-2319). Universidade Federal Fluminense e Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
professor.jose.antonio@rb.gov.br

**Resumo:** O presente trabalho busca apresentar o desenvolvimento e os resultados parciais dos projetos de pesquisa sobre tipologia documental desenvolvidos na Fundação Casa de Rui Barbosa. O enfoque de nossas análises pautam-se na convergência da identificação do tipo documental como forma de representação das ações entre o indivíduo e a sociedade, e os conceitos elaborados no escopo da pesquisa como equivalentes das características e contextos que um documento pode representar.

**Palavras-chave:** Arquivo de pessoa. Representação Arquivística. Teoria do Conceito. Tipologia documental.

**Abstract:** This paper presents the development and partial results of research projects on documentary typology developed at the Fundação Casa de Rui Barbosa. The focus of our analyzes is based on the convergence of the identification of the documentary type as a form of representation of actions between the individual and society, and the concepts elaborated in the scope of the research as equivalents of the characteristics and contexts that a document can represent.

**Keywords:** Personal archives. Archival representation. Concept Theory. Documentary typology.

## 1 Introdução

Nos últimos vinte anos no Brasil, a produção de conhecimento sobre os arquivos de pessoas tem obtido destaque na agenda de pesquisas no campo da Arquivologia. Os estudos e pesquisas produzidos nos últimos anos têm buscado direcionar a discussão sobre esses conjuntos documentais para além da concepção da literatura, da construção do discurso ou da memória de si, que emplacaram ideias polêmicas na perspectiva do núcleo duro da Arquivologia. Os trabalhos recentes discutem abordagens teóricas e metodológicas pertinentes aos conjuntos de natureza pessoal, fundamentando as pesquisas no corpus teórico dos arquivos. Como fica evidente, o processo de reconhecimento desses conjuntos como objeto de estudo e interesse da Arquivologia historicamente não foi linear e a sua organização nem sempre respeitou os princípios teóricos da área. Dessa maneira, a pluralidade de possibilidades dos documentos produzidos e acumulados por indivíduos no ato de viver nem sempre foi entendida pelos profissionais da área como passível de reflexões e abordagens arquivísticas.

Nesse sentido, o reconhecimento dos arquivos de pessoas como patrimônio cultural e campo de interesse de diferentes usuários proporcionou a valorização desses conjuntos frente à teoria arquivística, e, com isso, incentivou a produção teórica e metodológica de conhecimento sobre arquivos produzidos por indivíduos.

Produzidos no âmbito da vida privada, os arquivos pessoais são compostos por conjuntos de documentos criados e mantidos por um indivíduo para instrumentalizar sua vida em sociedade e representam os relacionamentos, afetos, desafetos, expressões de sentimentos, acordos e compromissos assumidos pelo produtor do arquivo como sujeito social (Oliveira, 2016). Além de abrigar as muitas personas do produtor, um arquivo pessoal é produto dos contextos que permeiam a gênese documental. As nuances entre o público, o social e a intimidade são aspectos presentes nas cartas produzidas e recebidas por indivíduos no decorrer de sua trajetória e representam um desafio aos arquivistas no que concerne à representação destes documentos no arranjo e na descrição arquivística.

As particularidades do “pessoal” frente ao crescimento de estudos e metodologias de organização sobre arquivos pessoais permitiram que desde 2010 fossem desenvolvidas pesquisas nos arquivos privados custodiados pelo Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde foram realizados projetos de pesquisa de análise tipológica em arquivos pessoais. O projeto de pesquisa Análise tipológica dos documentos em arquivos pessoais: uma representação do código social foi o primeiro dentre os três desenvolvidos pela instituição na temática deste tipo de análise e, finalizado em 2012, identificou 41 tipos documentais em quatro grandes eventos da vida humana: nascimento, casamento, grandes viagens e

morte. Diante da necessidade de ampliar o campo experimental do projeto inicial, em 2013, deu-se início ao projeto de pesquisa Tipologia documental na família Barbosa de Oliveira, coordenado pela Dra. Lucia Maria Velloso de Oliveira, e que tem por objetivo principal identificar dos tipos documentais produzidos na esfera privada, além de analisar os costumes dos séculos XVIII e XIX. Articulado ao projeto base mencionado anteriormente, um segundo projeto foi concebido para conceituar os tipos documentais identificados no primeiro e produzir um glossário de termos. O projeto Tipologia documental na Família Barbosa de Oliveira: definição dos tipos documentais está intrinsecamente relacionado ao primeiro e ambos visam contribuir para o conhecimento das ações e atividades que dão origem ao documento em si no âmbito privado (Oliveira; Sobral, 2017).

Os projetos de pesquisa em desenvolvimento almejam contribuir para a representação dos documentos em arquivos pessoais. Para Geoffrey Yeo, “os documentos são a representação persistente das atividades, são produzidos pelos participantes ou observadores dessas atividades ou pelos seus representantes autorizados” (Yeo, 2007, p.337, tradução nossa) Segundo esse autor, uma representação persistente significa que os documentos persistem para as circunstâncias que vão além daquelas que motivaram a sua produção. Por exemplo, uma certidão de batismo: o motivo imediato da sua produção visa registrar, comprovar que uma criança ou um adulto foi batizado. Representa a iniciação de um indivíduo na igreja católica, para além do motivo imediato de produção desse documento a partir da compreensão da característica de representação persistente dessa certidão de nascimento, sendo possível perceber que ele também representa um modo de viver social relacionado à prática religiosa do batizado e também de sua família.

Produto do ato de viver de um indivíduo, os documentos produzidos e acumulados são consequências de atividades e refletem as práticas sociais de um determinado período. Dessa forma, o tipo documental, quando corretamente identificado, pode oferecer ao usuário o caminho mais específico para que encontre o que procura, na medida em que o tipo traduz a relação de causa e efeito que origina o documento (Oliveira & Oliveira, 2017).

Documentos, quaisquer que sejam a ação ou atividade que os originaram, são produzidos em um contexto específico. O lugar social que um sujeito ocupa, as relações sustentadas, os contratos e pactos estabelecidos são elementos passíveis de identificação nestes documentos. Para Theo Thomassen (2006, p. 11), o contexto arquivístico está além do contexto de produção do documento, pois engloba os contextos sócio-político, cultural e econômico que incidem sobre a produção documental, condicionando muitas vezes sua forma e conteúdo.

À medida que o estudo do tipo documental busca, a partir de uma nomeação adequada, encontrar a ligação existente entre os documentos e os contextos que os geraram, os estudos tipológicos contribuem para a compreensão do arquivo e suas relações. Para a autora alemã Angelika Menne-Haritz, “os arquivistas são os únicos especialistas que possuem as ferramentas teóricas e metodológicas para tornar a

evidência acessível e assim revelar o contexto exploratório da informação” (Menne-Haritz, 2005, p.34). Nesse sentido, as relações contextuais são fundamentais para a compreensão dos documentos, sendo o arquivista o profissional que deve representá-los no processo de organização da informação. Mas seria simplório pensar a aplicação da tipologia documental sem explorá-la à luz da definição de conceitos que traduzam efetivamente os tipos documentais, na perspectiva que estes representam atos e ações de um produtor de arquivo.

Hjørland defende que a “teoria da Organização do Conhecimento (KO) está relacionada a uma teoria dos conceitos” (Hjørland, 2008, p.1, tradução nossa). Assim, é a partir de uma compreensão pragmática dos conceitos que podemos entendê-los como formas pelas quais os atores estão escolhendo partes da realidade para poder se comunicar e agir em relação àquela parte da realidade (Hjørland, 2008, p.1). Nesse sentido, reconhecemos que a nomeação adequada dos documentos representa um esforço significativo ao representar em um termo as características físicas e a atividade que o gerou em um determinado contexto.

Destacamos que a identificação do tipo documental, visando garantir aos potenciais usuários o entendimento de um espectro de um termo, necessita da conceituação e apresentação das características que um documento pode possuir. A conceituação de termos, quando apresentada em um glossário, promove um efeito semelhante ao de um vocabulário controlado, “que pode ser visto como um conjunto de técnicas e procedimentos que são aplicados à linguagem para resolver problemas de entendimento, ambiguidade e o alcance e a relação entre termos que expressam conceitos, e/ou entre as denominações que expressam nomes de pessoas, lugares, produtos ou instituições” (Barité, 2014, p.97).

Assim, tais iniciativas na representação dos arquivos de pessoas caminham na contramão das usuais abordagens no tratamento desses conjuntos. A identificação tipológica tem se mostrado um coerente método no processo de organização do conhecimento e representa um dispositivo de potencialização do acesso ao usuário, em especial se associada à teoria do conceito. A discussão da representação no âmbito dos arquivos ainda necessita de mais estudos e tem sido timidamente trabalhada nas funções de arranjo e descrição. Os projetos de tipologia desenvolvidos na Fundação Casa de Rui Barbosa reconhecem o tipo documental como representação das ações e atividades vinculadas à gênese dos documentos, sendo a conceituação dos tipos uma forma de ampliar o escopo de estudos e pesquisas sobre a temática e oferecer, aos pesquisadores e profissionais da área, uma abordagem que promova o diálogo entre teoria e organização dos documentos.

## **2 Objetivos**

O presente trabalho busca apresentar o desenvolvimento e os resultados parciais dos projetos de pesquisa sobre tipologia documental desenvolvidos na Fundação Casa de Rui Barbosa. Para tal, focaremos nossas análises na convergência da identificação do

tipo documental como forma de representação das ações entre o indivíduo e a sociedade, e os conceitos elaborados no escopo da pesquisa como equivalentes das características e contextos que um documento pode representar.

### **3 Metodologia**

A metodologia empregada na pesquisa pressupõe uma etapa inicial de identificação dos tipos documentais. A identificação ocorre após a equipe de pesquisadores cumprir as seguintes etapas: reconstruir o contexto arquivístico; identificar as ações e efeitos dos documentos em análise; analisar o seu formato e conteúdo; analisar comparativamente as conclusões sobre a análise dos documentos e as informações coletadas em manuais de etiqueta, secretários, legislação e demais fontes; nomear preliminarmente o tipo documental; verificar se o termo para identificar o tipo do documental já foi validado; e verificar a prática arquivística consultando bases internacionais que disponibilizam instrumentos de pesquisa de consulta a acervos arquivísticos on-line (Biblioteca Nacional dos Estados Unidos, Arquivo Nacional do Reino Unido e Arquivo Nacional da França). Por fim, ocorre a validação do termo em reunião da equipe com a consultora do projeto, uma pesquisadora de arquivos pessoais e tipos documentais da Universidade de São Paulo/Brasil (Oliveira & Oliveira, 2017).

O processo de reconstrução ou identificação do contexto arquivístico é resultado de um percurso de pesquisa que considera as funções sociais do produtor e seus diferentes papéis, assim como busca reconstruir e compreender, por meio dos documentos que compõem o arquivo, as relações sustentadas pelo produtor com o Estado, familiares, amigos e instituições no percurso de sua vida.

Em um segmento paralelo ao processo de identificação dos tipos documentais, a pesquisa investiga quantitativamente os instrumentos de pesquisas, levantando ocorrências de termos relativos às espécies e tipos documentais em bases de dados de instituições de alta credibilidade internacional: Library of Congress (EUA), National Archives (Reino Unido) e Archives Nationales (França). O levantamento realizado nas bases de dados internacionais atua como método balizador de termos e ocorrências utilizados na área e as pesquisas sobre o tipo documental realizadas no projeto. (Oliveira & Sobral, 2017).

O processo de conceituação dos tipos documentais identificados e validados busca contemplar, na elaboração dos verbetes, por meio de estudos e pesquisas, as práticas sociais e a legislação da época da produção do documento e de que forma esses dispositivos incidem sobre a gênese documental, determinando possíveis elementos de forma e conteúdo.

Conforme destaca Hjørland (2008), definir conceitos na organização do conhecimento considera as implicações das diferentes formas de entendimento. Nesse sentido, conforme exemplifica o autor, o conceito de “hino”, por exemplo, está

relacionado à atividade de “cantar em igrejas” e isso o distingue de outras canções não entendidas como hinos e, portanto, não incluídas no livro de hinos.

A conceituação dos termos identificados no projeto é uma abordagem inovadora no âmbito da organização dos arquivos pessoais. O diálogo entre análise tipológica e a conceituação considera outras áreas de conhecimento, como a história social, política e cultural, na elaboração dos verbetes e, com isso, contribui para um relacionamento interdisciplinar na construção do conhecimento sobre esses documentos produzidos no âmbito da intimidade.

É importante ressaltar que a nomeação dos documentos tem se mostrado a abordagem mais coerente para representação arquivística. Segundo Oliveira, em sua tese de doutorado, “o processo e/ou programa descritivo implica necessariamente na identificação das espécies e dos tipos documentais individualmente encontrados num arquivo e/ou coleção” (Oliveira, 2012, p. 43). Ainda para autora, a identificação tipológica é uma importante ferramenta para o estudo das atividades e ações representadas nos documentos, permitindo, também, identificar as formas de comunicação entre o titular e os demais indivíduos mencionados nos documentos.

Para a pesquisadora Maria Celina Soares de Mello e Silva, o estudo tipológico em arquivos pessoais “representa um desafio para arquivistas, que, ainda, encontram poucas iniciativas para servirem de exemplos, mas que têm um futuro promissor pela frente, já que sua utilidade no tratamento das informações dos arquivos tem sido cada vez mais reconhecida” (Silva, 2013, p. 166).

Portanto, o ato de nomear documentos a partir da sua espécie e atividade geradora nos arquivos pessoais pode surpreender pela liberdade de produção de muitos documentos que dizem respeito à intimidade. Para além, caracterizar a natureza de algo é uma atividade complexa que visa identificar o nome das atividades representadas nos documentos. Isso nos remete a discussão proposta por Yeo ao definir documentos como representações persistentes de atividades.

E isso não significa persistência sem limite de tempo, mas que “documentos são persistentes no sentido que eles perduram além do término temporal das atividades que representam” (YEO, 2007, p. 338, tradução nossa). Uma vez que, uma atividade pode ocorrer em um período específico de tempo ou pode persistir por um longo período até o seu término, mas, independentemente dessa permanência, o documento como representação de dada atividade persiste. Mais do que sintetizar em uma fórmula nuclear a espécie documental acoplada da atividade que representa, nomear documentos nos permite conhecer a forma como diferentes atividades são representadas por meio deles.

Para Camargo (2015), a nomeação adequada dos documentos em relação à organização e descrição dos arquivos tem sido bastante negligenciada, em um cenário no qual os profissionais, entendem que, sendo todos da mesma espécie, basta reconhecê-los pela função ou assunto de que tratam. Na contramão desse cenário, “os estudos e usos da tipologia documental em arquivos pessoais representam esse esforço significativo de conferir ao documento o nome mais adequado de acordo com

as características físicas e a atividade que o gerou dentro de um determinado contexto” (Oliveira & Sobral, 2017, p. 1013).

A tipologia documental “pode ser uma importante ferramenta teórico-metodológica para os arquivos pessoais, pois busca encontrar a ligação existente entre os documentos e os contextos que os geraram” (Oliveira & Sobral, 2017, p. 1013). Os tipos documentais quando conceituados possibilitam a compreensão do espectro do termo por meio de sua definição. Os verbetes garantem a correta interpretação de um termo, uma vez que a polissemia de certas palavras podem ser um desafio ao entendimento do tipo documental.

## 4 Resultados

Na contramão da prática arquivística, que ainda não identifica a importância metodológica da conceituação dos tipos documentais como etapa essencial da compreensão dos arquivos, os projetos que temos desenvolvido demonstram que a associação do conceito ao tipo documental tem alta eficácia na produção de conhecimento sobre o arquivo estudado e viabiliza a construção de pontos de acesso relevantes para o processo de pesquisa do usuário dos arquivos, diminuindo o seu tempo de pesquisa e dando resultados de busca mais precisos.

A tipologia documental permite, como método de análise em arquivos pessoais, a compreensão do contexto documental e exprime em uma fórmula nuclear os elementos físicos e de gênese da produção documental. Os projetos Tipologia documental na família Barbosa de Oliveira e Tipologia documental na Família Barbosa de Oliveira: definição dos tipos documentais identificaram, até o momento, 203 espécies e 178 tipos documentais, num total de 749 documentos pertencentes ao campo empírico do projeto. Foram também produzidos 178 verbetes referentes à conceituação dos tipos identificados. Conforme já destacado em outros trabalhos:

Para dar conta da diversidade e complexidade da pesquisa e seu objeto, uma das formas selecionadas para a sistematização e divulgação do conhecimento produzido foi a elaboração de um glossário. Nesse instrumento, é possível não só encontrar os termos validados, respectivos conceitos e notas técnicas de pesquisa, mas também a representação dos relacionamentos de equivalência, por meio do Usado por ou Use e os demais relacionamentos pelo Ver também. Já foram conceituados 175 termos que identificam os tipos documentais (Oliveira & Oliveira, 2017, p.1576).

Em termos metodológicos, o glossário em produção busca dar conta não apenas da conceituação dos tipos documentais, mas também registra as notas de pesquisa e as relações entre os termos definidos, como forma de oferecer aos potenciais usuários outros pontos relevantes para a compreensão da definição.

Destacamos, a partir do desenvolvimento dos projetos citados a importância da definição dos tipos documentais como forma de garantir estabilidade de sentido dos termos utilizados para nomear documentos. Por mais que a fórmula espécie mais atividade seja reconhecida pelos profissionais da área, os limites do tipo documental pode ser melhor compreendido quando devidamente conceituado. Como forma de exemplificação do tipo documental, apresentamos:

Declaração de nascimento de escravo: documento obrigatório onde se é notificado, ao oficial do registro, o nascimento de um escravo para que proceda a matrícula do escravo junto ao órgão municipal.

Características típicas: A estrutura do documento está estabelecida no modelo D do Decreto n. 4835, de 01 de dezembro de 1871 que aprova o regulamento para a matrícula especial dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava.

Na declaração deve constar o nome do proprietário, o dia do nascimento da criança, nome da mãe, sexo da criança, nome de batismo da criança e cor. Além disso, devem ser indicadas as duas matrículas da mãe (a feita pelo proprietário e a do município), bem como a atividade exercida.

Os documentos que compõem um arquivo pessoal refletem a sociedade na qual o produtor esteve inserido. Em sociedades escravagistas são comuns procedimentos burocráticos para o controle de nascimento, compra e venda, e deslocamento de escravos. A produção documental desse segmento é balizada pela legislação do período, que atua como instrução normativa aos proprietários de escravos. No conjunto documental estudado nos projetos de pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa, destacamos a Declaração de Nascimento de Escravo e a Declaração de Chegada de Escravo, ambos tipos documentais só puderam ser nomeados e definidos a partir do estudo da legislação do período. Fundamental no processo de identificação e conceituação foi o Decreto nº 4835, de 01 de dezembro de 1871, que aprova o regulamento para a matrícula especial dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava, o decreto explicita os procedimentos necessários para esse registro. A Declaração de Chegada de Escravo, também necessitou do entendimento dos procedimentos legais que orientam a mudança de residência de um escravo para ser definida.

É importante considerar que a pluralidade que representa a vida de um indivíduo, que como produtores de documentos podem estar inseridos em diferentes épocas, grupos, profissões e relações, torna os arquivos pessoais um locus de estudo ímpar sobre a produção e acumulação de documentos fora do âmbito institucional. O que não significa que os documentos acumulados não possam ser regulados pela legislação, procedimentos burocráticos e normas de conduta. Outro exemplo interessante é o Recibo de Pagamento de Tributo, conceituado como:



Documento padronizado comprobatório de pagamento compulsório ao Estado de impostos e taxas.

Como exemplo, temos o recibo de pagamento de arruamento, a décima urbana, de foro, de foro de sesmaria, de indústrias e profissões, imposto predial, de pena de água, metros corridos, propriedade rural, laudêmio e de taxa de águas e esgotos. Características típicas: Deve conter a instituição a receber o tributo compulsório. Deve conter o nome de quem realiza o pagamento e a data do pagamento. Deve conter a identificação do serviço e o valor da contribuição devida. Usualmente apresenta número e o no texto do documento overbo receber conjugado. Nota de pesquisa sobre o recibo de pagamento de tributo (pena de água): em 1840, o regulamento nº 39 estabelece a maneira de se concederem água dos aquedutos públicos, a concessão não podia exceder a duas penas de água. Em 1875 foi estabelecido um novo regulamento provisório para a execução da lei nº 2639, em relação à obrigatoriedade do suprimento de água para as construções existentes no perímetro da cidade determinada pelo governo. Em 1882, o decreto é aprovado. Em 1898, um novo regulamento para a arrecadação das taxas de consumo de água foi aprovado.

Nomear documentos também exige a percepção do quão próximo da atividade será o termo atribuído na identificação. Elucidativo desse quadro é o tipo documental Recibo de Pagamento de Tributo, uma vez que, adotamos o pagamento de tributo como atividade, invés de nomear cada um dos tributos como diferentes tipos documentais. Essa escolha baseia-se no horizonte de que um tipo documental deve ser capaz de representar a atividade geradora do documento, mas com vistas a também conseguir ser representativo de uma gama de documentos de uma mesma atividade. Como exemplar de atividades circunscritas a vida íntima, destacamos o tipo Carta de amor:

Documento em forma de carta em que são expressos sentimentos de interesse amoroso mútuo entre duas pessoas, pode expressar também a conquista, a sedução e a reconciliação. Pode ser escrita de forma platônica, unilateral, ou seja, a partir de um sentimento idealizado ou cândido.

Características típicas:

- Pode apresentar-se nos formatos, carta, cartão, bilhete, etc.
- O texto privilegia a manifestação e o vínculo amoroso.
- Os correspondentes normalmente utilizam apelidos e se tratam amorosamente.

A representação das cartas na prática arquivística usualmente atribuiu rubricas amplas para abrigar os documentos em forma de epístola sob o termo

correspondência. Nesse sentido, a tipologia documental potencializa a representação dessa espécie nas diferentes atividades que assume. No âmbito da intimidade e das relações pessoais às cartas podem assumir atividades relativas às emoções, como a manifestação de amor. Ressaltamos que, o tratamento amoroso em uma epístola não configura que a atividade que orienta a produção da carta seja o ato de manifestar o amor por outrem. Com isso, reforçamos a importância da conceituação dos tipos documentais, uma vez que, é pelo conceito que podemos vislumbrar o escopo de representação de um termo.

Consideramos que a partir dos exemplos de tipos documentais apresentados, é possível identificar a que no ato de viver um indivíduo pode produzir documentos a partir dos mais diferentes atos. Tais documentos acumulados podem vir a ser descritos por um profissional da informação, que deve orientar sua prática profissional pela garantia da estabilidade de sentido do documento em relação a sua gênese.

Portanto, devemos integrar cada vez mais em nossas agendas de pesquisas o estudo dos tipos documentais. Uma vez que, é por meio do conhecimento da produção documental, das formas e características que podemos contribuir para uma representação adequada dos arquivos e seus documentos.

## Referências

- Bellotto, H. L. (2008). *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros.
- Camargo, A. M. A. (2009, jul-dez.). Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, n. 2, pp. 26-39.
- Camargo, A. M. A. (2015) Sobre espécies e tipos documentais. In Camargo et al. (org.). *Dar nome aos documentos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, p.14-31.
- Hjørland, B. (2008). Deliberate bias in knowledge organization. *Advances in Knowledge Organization*, v.11, pp.256-261.
- Menne-Haritz, A. (2005). Avaliação ou Documentação: podemos avaliar arquivos através da seleção de conteúdos? *Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, 4(4), (pp. 18-34). São Paulo.
- Oliveira, L. M. V. (2005). *Tipologia documental na família Barbosa de Oliveira*. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Bolsistas13/aa%20\\_%20Tipologia%20na%20Familia%20Barbosa%20de%20Oliveira.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Bolsistas13/aa%20_%20Tipologia%20na%20Familia%20Barbosa%20de%20Oliveira.pdf)
- Oliveira, L. M. V. (2010). *Análise tipológica dos documentos em arquivos pessoais: uma representação do código social*. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/bolsistas/2010/FCRB\\_Selecao\\_de\\_Bolsistas\\_2010\\_Analise\\_tipologica\\_dos\\_documentos.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/bolsistas/2010/FCRB_Selecao_de_Bolsistas_2010_Analise_tipologica_dos_documentos.pdf).

- Oliveira, L. M. V. (2010). *Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- Oliveira, L. M. V. (2012). *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos Arquivos Pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile.
- Oliveira, L. M. V. (2015). *Tipologia documental na Família Barbosa de Oliveira: definição dos tipos documentais*. Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Oliveira, L. M. V. (2016). A propósito da Carta de Mário. In Freitas, L. S.; Fonseca, V. M. M.; Lima, M. H. T. F. (orgs.). *Ética e políticas da informação: agentes, regimes e mediações*. Niterói: EdUFF (Estudos da Informação, 4). No prelo.
- Oliveira, L. M. V. (2016). Os tipos documentais: a forma de registro de um modo de viver. In: *Seminário Hispano Brasileiro de Investigación en Información, Documentación y Sociedad*, 5, Madrid. Inédito.
- Oliveira, L. M. V. & Oliveira, I. C. B. (2016). *Glossário de tipos documentais em arquivos pessoais* (versão preliminar).
- Oliveira, L. M. V.; Oliveira, I. C. B. (2018). Representação arquivística e a conceituação dos tipos documentais nos arquivos pessoais. In Borges, M. M.; Sanz-Casado, E.; González-Valiente, C. L. A Ciência Aberta: o contributo da Ciência da Informação. VIII Encontro Ibérico EDICIC, 2017. *Bibliotecas. Anales de Investigación*, v.14, n.2, pp.1573-1577.
- Oliveira, L. M. V.; Sobral, C. C. (2018). Arquivos pessoais e seus tipos documentais: a perspectiva da representação. In Da Graça Simões, M.; Borges, M. M. *Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento. Atas do III Congresso ISKO Espanha-Portugal XIII Congresso ISKO Espanha*, Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20, pp. 1011-1017.
- Sobral, C. C. (2016). *Relatório parcial de atividades*. Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Yeo, G. (2007). Concepts of record (1): evidence, information, and persistent representations. *The American Archivist*, v.70, n.2, pp. 315-343,.
- Thomassen, T. (2006, jan.-jun.). Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v.5, n.1, pp.5-16.